



ADPEMA Notícias 38



CONVITE



A ADPEMA e a AMMA, em homenagem Dia Internacional da Mulher, convidam para a palestra:

Mulher: carreira em segundo lugar?

Estereótipos e barreiras à igualdade de gênero no trabalho

Com Regina Stela Corrêa Vieira
Doutoranda e Mestre em Direito do Trabalho pela USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito da Segurança Social, Gênero e Pobreza da USP e membro do projeto "Feminicídio: quando a desigualdade de gênero mata" sobre a tipificação do crime na América Latina, do Mackenzie (SP)

■ **Data:** 8/03/2016 ■ **Local:** Auditório da AMMA
■ **Horário:** 19h (Rua Luís Eduardo Magalhães, 20, Calhau)



11/03/2016 - Defensores Associados participam de eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher



Defensores Públicos Associados participam de diversos eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Foram registradas atividades integradas por defensores públicos nas cidades de Buriticupu, Imperatriz e Timon, dentre outros.

O Defensor Público Associados e titular do Núcleo Regional de Buriticupu, Thales Alessandro Dias Pereira, foi um dos palestrantes no evento promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, naquele município. O ciclo de palestras foi organizado pelos professores do instituto e este ano teve o tema “Direitos das Mulheres e Feminismo”. Na oportunidade, Thales Pereira detalhou suas funções e os serviços oferecidos pela Defensoria Pública, ressaltando como a instituição tem atuado para contribuir no combate dos diversos tipos de violência contra a mulher. Também expôs procedimentos judiciais para a obtenção de pensão alimentícia, bem como a possibilidade de realização de acordos, em âmbito extrajudicial, e medidas protetivas de urgência.

Enquanto em Imperatriz, o Defensor Público Vitor Eduardo Oliveira ministrou palestra sobre A Origem da criação do Dia Internacional da Mulher e a aplicação judicial da Lei Maria da Pena. No dia 10, foi a vez do defensor Fábio Sousa de Carvalho ministrar palestra sobre com o mesmo foco para as reeducandas da Unidade Prisional Feminina da cidade.

Em Timon, o núcleo regional marcou presença em uma palestra sobre os Direitos da Mulher com a participação da defensora pública Creuza Maria Lopes, que atua na unidade de atendimento da DPE instalada no Fórum da comarca local, foi uma das palestrantes. Na ocasião, ela se pronunciou sobre as atividades do núcleo regional voltadas à defesa da mulher.

Para o Núcleo Regional de Caxias, está programada uma ação social que será realizada nos dias 28 e 29 de março e que contará com a participação dos defensores públicos titularizados naquela unidade de atendimento, auxiliados por estagiários e suporte técnico dos servidores.

Saiba mais

A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) realizou em parceria com a AMMA no dia 08 de março, palestra intitulada "Mulher: carreira em segundo lugar? Estereótipos e barreiras à igualdade de gênero no trabalho", com a Doutoranda e Mestre em Direito do Trabalho pela USP (Universidade de São Paulo), Regina Stela Corrêa no Auditório da AMMA. No evento, Defensoras e Magistradas participaram de um importante debate sobre igualdade de gênero.

10/03/2016 - ADPEMA e AMMA homenageiam o Dia Internacional da Mulher com palestra sobre Igualdade de Gênero



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), realizaram na última terça (08), Dia Internacional da Mulher, uma palestra intitulada "Mulher: carreira em segundo lugar? Estereótipos e barreiras à igualdade de gênero no trabalho", com a Doutoranda e Mestre em Direito do Trabalho pela USP (Universidade de São Paulo), Regina Stela Corrêa no Auditório da AMMA.

A mesa de abertura foi composta pela Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Clarice Binda; a Vice Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Lavínia Helena Macedo Coelho e a palestrante Regina Stella Corrêa. O evento contou com a presença da Defensora Geral do Estado do Maranhão (DPE/MA), Mariana Albano; do Subdefensor Geral do Estado, Thiago Josino e esposa, Defensora Pública atuante no Núcleo Regional de São José de Ribamar, Elaine Rego. O Governo do Estado do Maranhão foi representado pela **Secretária-Adjunta de Participação Popular, Creuzamar Pinho, além de Magistradas e Magistrados que participaram ativamente do debate.**

De acordo com a professora e pesquisadora da USP, Regina Stella Corrêa, as desigualdades de gênero são latentes desde o processo de educação no seio familiar, provocando o surgimento da discriminação e do preconceito contra a mulher desde a infância. Regina mencionou a questão da divisão sexual do trabalho e outros aspectos relacionados à disparidade de renda entre homem e mulher e citou estereótipos tais como o de que o temperamento da mulher seria um obstáculo à

ocupação de certos cargos. "A presença das mulheres no mercado de trabalho ainda é definida pelas condições de ter filho. A legislação trata diferente a maternidade e a paternidade. O carimbo constitucional determina que quem tem que cuidar dos filhos somos nós", declarou.

A palestrante citou vários indicadores de desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro, tais como uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2012, em 837 municípios brasileiros, onde somente 7% dos altos cargos das empresas são ocupados por mulheres. E ainda: dos 513 deputados federais do Congresso Nacional, apenas 10% são mulheres. Dos 81 senadores, 13 são mulheres. Entre os tribunais, a menor desigualdade apresentada é a do Tribunal Superior do Trabalho e a maior disparidade verifica-se na Justiça Militar. Dos 11 ministros do STF, atualmente há somente 3 mulheres. Nos 27 TJs (Tribunais de Justiça) do Brasil, há apenas 5 mulheres presidentes.

"Temos inúmeras pesquisas que relatam estas diferenças que ainda maior escolaridade, mulheres recebem salários inferiores aos homens. Esse problema aumenta com a população feminina negra e em classes mais baixas", ressalta. Ao final, a professora Regina Stella iniciou um breve debate com a participação dos presentes.

Saiba mais

Regina Stella Corrêa é coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito da Seguridade Social, Gênero e Pobreza da USP e membro do projeto "Feminicídio: quando a desigualdade de gênero mata" sobre a tipificação do crime na América Latina, do Mackenzie de São Paulo. É professora e pesquisadora da Igualdade de Gênero, voltados aos direitos das mulheres no trabalho.

09/03/2016 - Defensoria Pública atua em favor de cadeirante que não teve direito reconhecido



O Defensor Público, Benito Filho, associado da ADPEMA e titularizado no Núcleo de Defesa do Idoso, da Saúde e da Pessoa com Deficiência foi destaque em uma atuação em favor de cadeirante que não teve direito reconhecido. A medida foi ajuizada, junto à 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), determinando ação indenizatória contra o Município de São Luís, contra o Secretário Municipal de Trânsito e Transportes, Canindé Barros e a

empresa Expresso Sol e Mar, concessionária de transporte coletivo da capital. A favor da cadeirante Maria de Jesus Rocha Chaves, a ação reivindica a condenação dos réus ao pagamento da quantia de R\$ 60.000 mil reais, a título de indenização por danos materiais e morais causados à autora.

Em janeiro deste ano, Maria Chaves passou por grave incidente quando tentou descer de um ônibus da empresa citada e foi obrigada a jogar abaixo sua cadeira de rodas. "Observa-se, neste caso, o comportamento desleal e a falta de senso de responsabilidade e de ética empresarial e profissional, onde a autora não foi tratada com o devido respeito e responsabilidade pela empresa. Ressaltamos, ainda, que Dona Maria de Jesus ainda tentou diversas vezes resolver a situação de forma cordial, contudo não recebeu a devida assistência dos réus, causando enormes prejuízos, privações e a humilhação de ter seus direitos violados", destacou Benito Filho.

Ainda de acordo com os fatos que compõem o processo, as cenas que foram gravadas em vídeo e disseminadas nas redes sociais de todo o Brasil mostram Maria de Jesus jogando a cadeira de rodas e se arrastando para descer do coletivo. Na época, após a repercussão nacional aconteceu uma reunião entre representantes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), dos sindicatos dos empresários e dos rodoviários, da Defensoria Pública do Estado e dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Todos os fatos que geraram o acidente que vitimou a concedente no mês de janeiro, já haviam sido narrados em forma de denúncia judicial, inclusive com o arrolamento de testemunhas, ao defensor Benito Pereira e que resultaram em outro processo, o de nº 430912015, acompanhado pela Defensoria Pública, com trâmite na 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, contra a mesma empresa Sol e Mar. O pedido indenizatório desse processo em favor da cadeirante Maria de Jesus também é por danos morais.

Fonte: Informações Ascom/DPE MA

08/03/2016 - Inscrições abertas para Prêmio Innovare

O Superior Tribunal de Justiça.
O Ministério da Justiça.
A Associação dos Magistrados Brasileiros.
A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.
A Associação Nacional dos Defensores Públicos.
A Associação dos Juizes Federais do Brasil.
O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
A Associação Nacional dos Procuradores da República.
A Associação Nacional dos Registrados de Justiça do Trabalho.
O Grupo Globo e
O Instituto Innovare

13º PRÊMIO INNOVARE

Convidam para a cerimônia de Lançamento do XIII Prêmio Innovare

Local: Superior Tribunal de Justiça - Moçambique
Data: 08 de março de 2016
Horário: 19h
Endereço: SNTS - QUADRA 06 - LOTE 01 - Tênis II - Brasília - DF

Confirme sua presença pelo e-mail contato@innoovare.com.br
ou telefone 21 2246-8030

O Prêmio Innovare, uma das mais bem conceituadas premiações da justiça brasileira, está com inscrições abertas para inscrições para sua 13ª edição. Este ano, o tema para concorrer nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania

será livre. Os interessados podem apresentar práticas nas respectivas categorias acessando o site www.premioinnovare.com.br.

Com a categoria Justiça e Cidadania, criada em 2015, o objetivo do Instituto é identificar práticas que, por meio da sociedade civil organizada, contribuam com o fomento da justiça brasileira. Segundo Sergio Renault, presidente do Instituto Innovare, “ A edição de 2015 foi um sucesso devido a criação da categoria Justiça e Cidadania pois as práticas inscritas foram de grande qualidade”.

A categoria recebeu 245 práticas de pessoas, empresas e organizações não ligadas ao Judiciário brasileiro. As novidades foram apresentadas pela diretoria do Innovare aos membros do Conselho Superior do Instituto, em uma reunião no dia 18 de fevereiro no Rio de Janeiro.

O período de inscrições começa vai até 12 de maio. A cerimônia de lançamento, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, será no dia 8 de março.

Sobre o Prêmio Innovare

Criado em 2004, o Innovare é uma das premiações mais respeitadas da justiça brasileira. O Prêmio Innovare tem como objetivo o reconhecimento e a disseminação de práticas inovadoras que se desenvolvem no interior do sistema de justiça do Brasil, independentemente de alterações legislativas. Mais do que reconhecer, o Innovare busca identificar ações concretas que signifiquem transformações relevantes em antigas e consolidadas rotinas e que possam servir de exemplos a serem implantados em outros locais.

Em 2014, o Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Joaquim Gonzaga de Araújo Neto e o Defensor Público, Gabriel Santana Furtado Soares foram vencedores na 11ª Edição do Prêmio Innovare, com o projeto “Fortalecendo os Vínculos Familiares”.

A prática consiste na regularização do registro de filhos e enteados dos internos das unidades prisionais e seu objetivo é garantir o acesso a direitos fundamentais como a convivência familiar e o reconhecimento da filiação afetiva dos familiares de internos.

04/03/2016 - Maranhão foi pioneiro na realização de Audiências de Custódia



Em fevereiro de 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de São Paulo, lançou o projeto Audiência de Custódia, que consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. A garantia é de que o acusado seja apresentado e entrevistado pelo juiz, em uma audiência em que serão ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso.

No Maranhão, a audiência de custódia deve ser realizada pelo juiz da Central de Inquéritos, caso o juiz plantonista por algum motivo não tiver condições de realizá-la. A audiência deve ser realizada na sala de audiências da Central de Inquéritos, em até 48 horas após o recebimento do comunicado de prisão. É assim que funciona na Justiça maranhense, desde setembro do ano passado, a chamada Audiência de Custódia.

O Defensor Público Cosmo Sobral, atuante na Central de Custódia, relata que o Estado foi pioneiro na sua implantação, que aconteceu ainda em 2014. "Esta regulamentação efetiva uma atuação que já está mantida em tratados internacionais. Após o Maranhão, outros estados começaram a aderir às audiências de custódia. Atualmente, as audiências de custódias já acontecem em Timon e Imperatriz e ainda é importante que frisar que, em São Luís, estas acontecem antes de se tornarem obrigatórias", declara. O Defensor Público, Cosmo Sobral, associado da ADPEMA, relata ainda que a partir de 30 de abril deste ano será obrigatória a realização das audiências de custódias em todas as comarcas do Brasil, conforme decisão do CNJ.

Números - De acordo com o CNJ, o programa Audiência de Custódia registrou 2,7 mil audiências de torturas e maus tratos a pessoas presas no país. A organização não governamental Human Right Watch revelou que as audiências de custódia representam uma tentativa de combater a violação de direitos humanos, a submissão dos detentos a uma prisão superlotada e o combate também às torturas e aos maus tratos na apreensão. A implementação das audiências de custódia está prevista em pactos e tratados internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose.

Foto: TJ/MA

[Ver edições anteriores »](#)



*Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740*

Tel./Fax: (98) 3199-6194

Cel: (98) 987583882

secretaria@adpema.com.br